

# ESCOLA RURAL MINEIRA: OBSERVAÇÕES PRODUZIDAS A PARTIR DE DEPOIMENTOS DE ANTIGAS PROFESSORAS\*

Maria de Fátima Ansaloni Fortes\*\*

## RESUMO

Partindo da análise de doze depoimentos de professoras primárias mineiras que iniciaram carreira em escolas rurais no período compreendido entre 1918 e 1939, este artigo aborda o funcionamento precário e descontínuo dessas escolas, caracterizando a clientela, constituída principalmente por alunos-trabalhadores e apresenta informações referentes à prática pedagógica de professoras leigas e normalistas nas classes multisseriadas das referidas escolas.

**Descritores de assunto:** Legislação de Ensino - Minas Gerais - Escola rural - Educação Rural - Professoras Primárias - Prática Pedagógica.

## ABSTRACT

This article discusses the unremitting and precarious functioning of primary schools of the rural area identifying their clientele - mainly student - workers - and presents data concerning the pedagogical practices of the lay teachers and of those holding a college degree. The paper is supported by reports provided by the above mentioned teachers who had worked in primary schools of the rural area of the State of Minas Gerais between the years of 1918 and 1939.

**Describers:** School Regulations - Rural Area Schools - Education in the rural area - Primary school teachers - pedagogical practices

\* O artigo foi elaborado no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica PRPq/CNPq, orientado pela professora Léa Pinheiro Paixão, do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação - UFMG.

\*\* Aluna do Programa de Pós Graduação - FAE/UFMG

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar informações relativas à escola rural mineira do período compreendido entre 1918 e 1939, período em que doze professoras primárias iniciaram carreira em escolas rurais.

De origens sociais diferenciadas, as professoras nasceram em diversos pontos do Estdo, no período que vai de 1898 a 1920. Eram filhas de fazendeiros (3), comerciantes (4), seleiros (2), profissional liberal, agricultor e alfaiate. Nove eram normalistas e três leigas. Uma das normalistas cursou a Escola de Aperfeiçoamento e duas interromperam o Curso Normal, sendo que uma delas retomou os estudos posteriormente.

Os depoimentos dessas professoras foram selecionados entre os trinta e cinco utilizados na pesquisa "Trajetórias Escolares e Profissionais de Professoras Primárias Mineiras que Iniciaram Carreira antes de 1940". (PAIXÃO, 1991). Deles foram privilegiados os conteúdos mais interessantes sobre a escola rural: características, localização, dependência administrativa, clientela e a precariedade e descontinuidade do seu funcionamento e alguns dados relativos ao trabalho realizado nessas escolas. Além dos depoimentos, outras fontes foram consultadas: a legislação mineira de ensino que vigorou no período em questão, a Revista de Ensino, o Jornal Minas Gerais e outras publicações sobre o tema estudado. A análise desse material teve como objetivo contribuir para uma melhor compreensão do ensino rural mineiro, sem pretensão de chegar a conclusões generalizáveis.

### 1- AS ESCOLAS RURAIS DAS ENTREVISTADAS

As escolas rurais mencionadas nos depoimentos construíram para as professoras o início de suas trajetórias profissionais. Eram doze escolas localizadas em fazendas, vilas e lugarejos. Duas eram classificadas como escolas singulares, a de Berilo e a de São Sebastião do Soberbo; uma outra era classificada como escola isolada, a de Coluna. Elas foram incluídas entre as escolas rurais por situarem-se em locais que, à época, possuíam características semelhantes às da zona rural. Eram pequenos núcleos povoados nos quais a população tinha como atividades principais a agricultura e a pecuária.

Duas escolas eram mantidas pelo município: a Escola Rural de Quenta-Sol, localizada nas proximidades de Alvinópolis, e a Escola Rural de Estação das Rosas, num povoado na região de Lavras.

Oito eram administradas pelo Estado: a Escola Rural de São Sebastião do Rio Preto; a Escola Rural de Juramento, um distrito de Montes Claros; a Escola Rural de Água Preta, localizada no município de Pedralva, no sul de Minas; a Escola Rural de Sem-Peixe, próxima a Saúde, atual Dom Silvério; a Escola Rural de um arrebalde de Esmeraldas; a Escola Singular de São Sebastião do Soberbo, nas redondezas de Santa Cruz do Escalvado; a Escola Isolada de Coluna, nos arredores de Serro Azul de Minas e a Escola Singular de Berilo.

Duas das Escolas rurais eram particulares, mantidas por fazendeiros: a da fazenda de Mato Dentro, localizada nas redondezas de Dom Silvério, e a de uma fazenda nos arredores de Abre Campo.

As escolas rurais analisadas apresentavam uma característica comum a esse tipo de escola - a inexistência de divisão de trabalho. Uma única professora desempenhava funções que iam além das atividades docentes como o preparo de merenda, o controle de matrícula e o registro de evasão, promoção e repetência. As classes eram multisseriadas; nelas as professoras lecionavam ao mesmo tempo para três séries diferentes, constituídas por um grande número de alunos (35 a 60), de idades variadas. A precariedade das instalações era outra característica que se evidencia nos depoimentos.

O horário de funcionamento de nove dessas escolas rurais variava de 10:00 às 11:00 horas para o início das aulas, e 15:00 às 16:00 horas para o término. Isso significa que as aulas tinham duração de cinco horas.

Outras três escolas funcionavam em dois turnos; duas funcionavam à tarde e à noite. Nessas escolas, à noite, a clientela era constituída de empregados da fazenda e trabalhadores das regiões próximas às duas escolas. Em uma terceira escola, localizada em fazenda nos arredores de Abre Campo, a professora dava aula de manhã "para os alunos que tinham possibilidade de serem alfabetizados mais depressa" e à tarde "para os mais lentos", ou seja, ela dividia sua turma em dois grupos.

#### 1.1 - Aspectos da Escolarização da Clientela

A clientela dessas escolas era constituída basicamente de filhos de trabalhadores rurais e de pequenos comerciantes. Alguns filhos de fazendeiros, detentores do poder político local, também freqüentavam essas escolas até que pudessem ir para o colégio.

As escolas da fazenda de Mato Dentro e de Quenta-Sol eram freqüentadas, à noite, por alguns trabalhadores adultos. Segundo Dagmar, uma das entrevistadas, "eram trabalhadores de enxada que largaram a escola para poder

ir para a roça e depois voltaram; queriam aprender a assinar o nome para casar".

A maioria dos alunos era de trabalhadores. O trabalho produtivo na agricultura e pecuária era, em geral, prioritário para os pais. Essa condição funcionava como fator de desestímulo à escolarização, como ilustram os depoimentos abaixo:

Os pais eram roceiros, alguns diziam: "Meus filhos vão trabalhar. Eu não posso deixar frequentar a escola não!" A gente tinha que sair pelos matos lá, fazer a matrícula, tomando chuva e tudo. (Stela - Escola Rural de Sem-Peixe - 1931) <sup>1</sup>

"O arraial era muito atrasado e tinha que ir de casa em casa, a cavalo, convencer os pais a matricularem seus filhos. Os pais diziam que os filhos não precisavam aprender a ler e a escrever, eles eram mais úteis em casa, ajudando na lavoura". (Maria Helena - Escola Isolada de Coluna - 1924)

O trabalho dos alunos nas atividades próprias da zona rural comprometia a frequência escolar. No tempo da colheita de café, a frequência diminuía na Escola Rural de Estação das Rosas e alguns alunos repetiam o ano, apesar do esforço de Zélia em "repetir a matéria". Na escola da fazenda de Mato Dentro, a professora recordava a matéria, após a época de plantio:

*"Na ocasião das plantas (plantio e colheita) é que ficava ruim, uns tiravam o menino para candiar boi, outros para capinar, outros para plantar e na ocasião das provas eu tinha que ir atrás, para não perder o ano. Os alunos vinham. Eu recordava a matéria".* (Rosa - Escola Rural da fazenda de Mato Dentro - 1920)

O calendário da escola rural não considerava as peculiaridades de sua clientela, alunos trabalhadores que, em períodos de plantio e colheita, quando o trabalho agrícola se intensificava, eram obrigados a ausentarem-se da escola, já que em geral, seu trabalho era contribuição necessária para a produção familiar.

A questão do aluno trabalhador e a necessidade de adequação do calendário das escolas rurais a esse tipo de aluno são temas tratados em alguns estudos. O "inquérito sobre trabalho e escolarização de menores na agricultura", trabalho realizado por CALDEIRA, (1957), apresentou como conclusão: "O menor constitui parte integrante da força de trabalho da família e esta é uma das razões perturbadoras da sua frequência escolar". Mas, essa discussão, que se tornou importante mais tarde, não

<sup>1</sup> O ano referido no final das citações diz respeito ao ano de início da carreira da entrevistada.

constituía, ainda, no período em que as entrevistadas trabalharam, um objeto de preocupação na definição das políticas educacionais.

As precárias condições de vida das famílias dos alunos levavam as professoras a assumirem na escola encargos que iam além da prática pedagógica: alimentação, higiene, fornecimento de uniformes e material escolar. Maria Auxiliadora, professora da Escola Rural de São Sebastião do Rio Preto, para "sustentar a frequência", comprava macarrão e fazia em sua casa "paneladas de sopa para os alunos". Ela conseguia os uniformes, comprando "peças de tecido fiado em duas lojas, numa para meninos e noutra para as meninas". Depois escrevia para Secretaria, pedindo o dinheiro. Segundo ela, era atendida, e assim pagava os comerciantes e a costureira.

Para suprir a falta de material escolar dos alunos da Escola Rural da fazenda de Mato Dentro, Rosa utilizava parte de seu salário e recorria também aos fazendeiros. Maria Helena, professora da Escola Isolada de Coluna, preocupava-se com a higiene dos alunos "revistava cabelos e unhas, ensinava a tomar banho, lavar vasilhas e até cozinhar".

Essa variedades de funções exercidas pelas professoras era vista como estímulo à frequência dos alunos. SANTIAGO (1933, p. 1-22) apontava como causas da infrequência escolar constante, entre outras, "a negligência dos pais relacionada ao pauperismo: os pais precisavam do serviço do filho na plantação, na colheita, etc., o descaso das autoridades escolares e a falta de material didático e mobiliário: quando os pais se convencem de que os professores não podem fornecer lápis, cadernos, livros e que as carteiras são poucas, eles desanimam". Acrescentava que "o fornecimento de merenda era uma das maneiras de atenuar esses fatores".

Alguns fazendeiros colaboravam com a escola nessa tarefa. Em quatro depoimentos foram mencionadas contribuições de fazendeiros no fornecimento de merenda, lápis e cadernos para os alunos, cobrindo a omissão do poder público.

A escolarização primária não constituía, no período, um processo natural para a maior parte da população. Isso explicaria, talvez, os termos em que a legislação mineira de ensino, de vários períodos da Primeira República, tratava a obrigatoriedade do ensino. De acordo com o artigo 33 da Lei. 800 de 1920, que reorganizou o ensino primário no governo de Artur Bernardes, "o pai, tutor ou qualquer pessoa que tenha na sua guarda, emprego ou companhia, menores de um ou outro sexo, entre 7 e 14 anos, é obrigado a fazê-los frequentar a escola, se residir à

distância inferior a três quilômetros desta". Prevvia-se multa de 10\$000 a ser aplicada aos infratores e prisão por 3 dias, caso a multa não fosse paga. Mas não se tem notícia da aplicação desses preceitos legais; não existiam, à época, as condições sociais necessárias a tornar a realidade a escolarização.

Por seu lado, as professoras rurais tinham, antes de tudo, de se empenhar em convencer os pais a matricularem os filhos, já que a mão de obra infantil é importante e necessária às atividades agrícolas; e depois, garantir uma frequência mínima exigida pela legislação para o funcionamento da escola.<sup>2</sup> Em alguns casos, esse empenho da professora em garantir a frequência mínima decorria de seu interesse em criar condições de trabalho para si própria.

Nesse sentido, o que se pode concluir pela análise dos depoimentos é que, em bora existisse uma resistência inicial a matricular os filhos, depois de ser a matrícula efetivada, os pais delegavam autoridade às professoras em relação à educação dos filhos. Eunice, professora da Escola Rural de Água Preta, tinha autorização dos pais para "ficar com os alunos depois da aula, se precisasse". Stela, da Escola Rural de Sem-Peixe e Maria Helena da Escola Isolada de Coluna tinham autorização dos pais para "usar a vara" em caso de disciplina.

Ainda que o tempo dedicado pelos filhos à escola fosse um tempo subtraído ao trabalho produtivo, os pais a valorizavam como local onde seus filhos iriam adquirir um saber necessário à vida, um saber que, em geral, foi para eles inacessível. Mas, na definição de prioridades, a atividade escolar perdia para os compromissos com o trabalho.

### 1. Características do Ensino Rural.

A instalação e o início de funcionamento das escolas rurais nem sempre dependia da ação de Estado ou do município. Das escolas rurais analisadas, duas foram instaladas por fazendeiros: da fazenda de Mato Dentro e a da fazenda localizada nos arredores de Abre Campo. Ambas foram fundadas com o empenho de fazendeiros, para garantir os estudos de seus filhos em idade escolar.

O fazendeiro dos arredores de Abre Campo era político e teve a promessa do prefeito da cidade de transformar, posteriormente, a escola rural em escola municipal. Ele contratou a professora principalmente para ensinar a seus filhos as primeiras letras "até que 2 A frequência mínima exigida para o funcionamento das escolas era de 15 alunos para as escolas ambulantes, 35 para as rurais e noturnas, 40 para as distritais e 45 para as urbanas, de acordo com a Lei Nº 864, de 19 de agosto de 1924.

pu dessem ir para o colégio". Cedeu um quarto e bancos da fazenda para o funcionamento da escola e juntamente com Diva, a professora contratada, providenciou a matrícula dos alunos da região. Nesse caso, a ampliação da escolarização dos filhos dos fazendeiros aos filhos dos empregados poderia garantir o suporte público à escola e a garantia do pagamento da professora.

A escola da fazenda de Mato Dentro também funcionava nas dependências da fazenda. Rosa recebeu o convite do "coronel Olímpio" para trabalhar nessa fazenda, antes de concluir o curso normal no Colégio Providência, em Mariana. Na fazenda, ela ensinava aos filhos dos fazendeiros e aos dos agricultores. À noite, a escola era freqüentada por adultos trabalhadores da região.

Fundar uma escola e contratar professora para ensinar aos filhos dos empregados da fazenda e os dos agricultores da região resultava em prestígio político. A escola representava para os políticos mais um favor a ser barganhado. A análise dos depoimentos confirmou o peso da interferência política no sistema educacional, já constatada em outros estudos. Essa interferência era essencial no jogo de barganhas, estando o cargo de professora incluído entre os bens a serem trocados.

Algumas escolas rurais surgem em função da iniciativa da população local. Das escolas estudadas, duas surgem nessas condições. A de Estação das Rosas, num povoado perto de Lavras, foi resultado das reivindicações encaminhadas por um morador da região. Ele fez um abaixo-assinado, solicitando ao município a abertura da escola rural. O povoado tinha crianças em idade escolar e uma professora disponível. Era Zélia, sua cunhada. A escola rural de um arrebalde de Esmeraldas teve seu início de funcionamento garantido graças ao vigário da cidade que mantinha relações com o poder político local. Ele reivindicou a escola e o cargo de professora para Antônia, que era catequista e presidente da Cruzada Eucarística.

O depoimento de Diva, professora da escola da fazenda dos arredores de Abre Campo, revela a ação dos fazendeiros e das próprias professoras na instalação de escolas rurais. Acompanhando o marido, que era minerador, Diva mudava-se constantemente sem, no entanto, abandonar a profissão. Ela instalou várias escolas rurais. A primeira foi instalada na fazenda do sogro; Diva mudou-se, em seguida, para Casa Nova, a escolinha ficou aos cuidados da cunhada. Em Casa Nova, Diva instalou outra escola rural com a ajuda do prefeito. Após assumir o cargo de inspetora em Raul Soares, o prefeito pediu sua colaboração na organização de escolas rurais e novas escolas foram instaladas, como explicou Diva:

*"Eu contava com a colaboração dos fazendeiros que ajudavam com a casinha ou paiol, qualquer lugar onde a*

*escola pudesse funcionar. O fazendeiro ajudava com os bancos, com a mesa; assim tudo rústico, mas era o começo."*

As escolas rurais instaladas por meio de ações do Estado, do município ou de particulares não diferiam em relação às condições de funcionamento, que eram precárias. O termo "casa da escola"<sup>3</sup> aparece em cinco depoimentos, referindo-se ao local onde a escola funcionava e explicitando suas precárias condições:

*Eram mais de quarenta crianças. Não tinha casa da escola, eu dava aula na Igreja, eles (os alunos) levavam uma tabuinha para escrever e colocavam no Joelho. Era muito sem conforto. (Zélia - Escola Rural de Estação das Rosas - 1938).*

*A princípio era só a sala de D. Cecília, depois eu fui nomeada, e dali meu marido fez em minha casa um puxado para a escola. Para lá a gente mudou. (Stela - Escola Rural de Sem-Peixe - 1931).*

O espaço casa-escola, onde, por força das circunstâncias, ocorrem paralelamente atividades docentes e domésticas, era ainda, em 1982, a solução apontada pelos técnicos regionais. Segundo MAIA (1982) essa medida se deve à dispersão da população na zona rural. No seu artigo, ela acrescenta que "na opinião de alguns planejadores a iniciativa mais adequada seria a de promover melhorias na casa da professora para que se adequasse às necessidades do ensino".

Mas nem sempre a solução encontrada pela professora para resolver o problema do espaço para o funcionamento da escola era ceder um local de sua própria casa. Foi o caso de Dagmar, que se empenhou no sentido de conseguir um local mais apropriado para a escola, assumindo a resolução de um problema de competência da administração pública:

*'Quando eu comecei a trabalhar, dava aula numa sala de uma casa velha e já estava ruim, molhava muito na época de chuva. Juvênio Moreira, o presidente da Câmara deu a verba para construir a casa da escola, mas não tinha terreno. Um vizinho ofereceu o lote, ele*

<sup>3</sup> Segundo Brandão, (1983), casa da escola era o "rancho de palha", o lugar provisoriamente ocupado em alguma casa abandonada ou o canto do salão comunitário, nos quais as escolas rurais funcionavam. De acordo com o mesmo autor, o tema é empregado na Amazônia por professores leigos e lavradores ribeirinhos, quando se referem ao rancho de palha e madeira, onde se ensina às crianças "o estudo de 1ª a 4ª série". Quando a prefeitura constrói um prédio de duas salas com tijolo e telha, a 'casa da escola' é abandonada e as crianças ganham um 'grupo escolar', uma 'escola rural' com o nome de alguém pintado na parede".

*pediu 50 mil réis. Eu paguei e passei a escritura em nome da prefeitura. A casinha da escola era forrada, assoalhada e tinha a instalação seca no fundo da casa, a água era ruim, era carregada e muitos bebiam água do córrego..." (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929).*

A precariedade não era o único aspecto característico das escolas rurais; elas eram instituições caracterizadas também pela descontinuidade do funcionamento. Duas escolas rurais tiveram seu funcionamento interrompido por falta de professores, a de Quenta-Sol e a de Juramento. Quando Dagmar e Laura iniciaram carreira nessas escolas, haviam alunos adolescentes que ficaram impossibilitados de estudar, devido à falta de professoras nas referidas escolas. A mesma escola de Quenta-Sol teve seu funcionamento suspenso, após a aposentadoria de Dagmar, segundo ela:

*"O prefeito de Alvinópolis resolveu fechar a escola porque num lugarejo próximo a Quenta-Sol existia outra escola e os alunos podiam frequentá-la. A casa da escola foi dada para um pobre morar." (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

A ação estatal foi diretamente responsável pela descontinuidade do funcionamento de escolas rurais. Em 1931, através do Decreto nº 9892, o governo suspendeu o funcionamento de todas as escolas rurais para cujo custeio não se encontrasse verba no orçamento, ficando os professores em disponibilidade não-remunerada, até que pudessem ser readmitidos nos próprios cargos, quando restabelecidos. Duas das professoras entrevistadas vivenciaram essa situação:

*"Em 1930 ou 31, nessa época, Olegário Maciel, que era governador de Minas, por medida de economia cortou todas as escolas estaduais rurais. Ficaram só as escolas estaduais urbanas... fiquei sem emprego, aí fui para Santa Rita, terminar o 2º e o 3º normal". (Eunice - Escola Rural de Água Preta - 1930)*

*"Na ocasião da Revolução eu trabalhei; então, quando acabou a Revolução eles cortaram as escolas rurais por uns tempos. Tinham gastado muito dinheiro, não podiam pagar funcionários. Fiquei sem dar aula 6 meses. Sr. Ilídio entrou como presidente da câmara e me propôs se eu aceitava trabalhar com menor ordenado. Eu concordei e voltei para a mesma escola outra vez... passei a receber pela prefeitura". (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

Com a suspensão de escolas rurais estaduais em 1931, reduziu-se, consideravelmente, o número desses estabelecimentos. Algumas escolas passaram, após a

suspensão do funcionamento pelo Estado, a ser mantidas pelos municípios; mas ainda assim tiveram o funcionamento interrompido até que o poder municipal assumisse a responsabilidade pela sua administração. Em 1934, pelo Decreto no. 11297, o Estado transfere para os municípios o custeio dos serviços com o ensino primário rural.

### 1.3 - O Inspetor - A Ligação com o Poder Central

Localizadas em pequenos núcleos povoados e fazendas geralmente distantes das cidades, essas escolas rurais, entregues aos cuidados de uma única professora, recebiam, de vez em quando, uma visita importante: o inspetor, elo entre a escola e o poder central estadual ou municipal.

Apesar de serem esparsas as visitas de inspeção, quebrava-se a rotina da escola rural com a chegada do inspetor. A professora se via, de repente, às voltas com um visitante que, mesmo não participando do dia-a-dia da escola e das dificuldades que surgiam, tinha poder de interferir e fiscalizar o trabalho ali realizado.

A fiscalização do trabalho da professora pelo inspetor envolvia, em muitos casos, a avaliação dos conhecimentos dos alunos que era feita através de arguição. Os trechos extraídos dos depoimentos de Eunice e Elvira referem-se a essa questão. No depoimento de Elvira, o desconhecimento do inspetor em relação à organização da classe multisseriada e conseqüentemente ao trabalho desenvolvido pela professora da escola rural, colocam-se dúvidas quanto à eficiência desse tipo de avaliação:

*"Eu me lembro mais é do dia que o inspetor chegou. Ele perguntou: "Quantas unidades tem uma dezena?" Perguntas desse tipo e os alunos ali, respondendo tudo. Ele achou-os muito adiantados e me deu os parabéns. Ele esqueceu que eu tinha alunos até do 3º ano e esta para mim foi a melhor". (Elvira - Escola Singular de São Sebastião do Soberbo - 1936)*

*"Eles chegavam e a primeira coisa que faziam era examinar os alunos. Eles arguíam um por um. Depois eles iam olhar o livro. Ficavam três ou quatro dias, iam duas vezes por ano". (Eunice - Escola Rural de Água Preta - 1930)*

Nas visitas, os inspetores não se limitavam apenas a arguir os alunos; eles assistiam aula com o objetivo de avaliar o trabalho das professoras. O resultado da avaliação era traduzido em notas, registradas em atas, enviadas posteriormente à Secretaria. Tais notas se revestiam de especial importância para as professoras

porque era por meio delas que se conceituava o seu trabalho e conseqüentemente o merecimento à promoção na carreira do magistério.

Outro aspecto que o inspetor observava, segundo alguns depoimentos, era se a professora seguia o programa de ensino, fornecido pela Secretaria. Ele era usado como base para a organização do trabalho docente, estando entre os deveres dos inspetores técnicos regionais:

*Artigo 94 - 1º "Inspeccionar as escolas primárias e subvencionadas verificando... a capacidade, solicitude e assiduidade do professor no desempenho de suas funções... se os programas estão sendo bem e fielmente observados e se os métodos de ensino são racionais e aceitáveis... assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto julgarem preciso modificar nos métodos por eles seguidos, lançar em livro próprio as necessárias instruções e mostrar praticamente dando aulas-modelo, qual a melhor execução do programa." (Decreto nº 6655 - 1924)*

Entretanto, nem todas as professoras recebiam o programa. Duas entrevistadas, Dagmar e Diva, que iniciaram carreira, respectivamente, em 1929 e 1933, mencionaram em seus depoimentos que só vieram a conhecer e utilizar o programa de ensino muitos anos após terem começado a trabalhar em escolas rurais. Três outras professoras entrevistadas referem-se à questão das notas e do programa, uma delas é Maria Helena:

*"Os inspetores iam lá de seis em seis meses. Iam fazer a avaliação. A gente ficava apreensiva, tensa... Eles iam e ficavam na sala da gente, assistindo aula, aí, lavrava a ata e foi essa ata que D. Aracy disse que viu na Secretaria e eu tinha notas ótimas. Eles davam nota no trabalho da gente..."*

*...Eles fiscalizavam mesmo, para ver se a professora estava desempenhando bem o seu papel, para ver se estava seguindo o programa direitinho..." (Maria Helena - Escola Isolada de Coluna - 1924)*

Os inspetores fiscalizavam os exames finais em algumas escolas rurais. Na Escola Rural de Quenta-Sol, o inspetor, que era um fazendeiro da região, encarregado pela prefeitura, examinava os alunos de Dagmar. Na Escola Rural de Sem-Peixe, os exames finais, elaborados por Stela, eram fiscalizados pelo escrivão, o inspetor do local.

Agir junto às professoras de escolas do interior no sentido de comunicar decisões da Secretaria referentes à carreira, encaminhar documentos para efeito de aposentadoria e indicar às professoras cadeiras vagas nas

escolas eram procedimentos comuns aos inspetores. O inspetor regional que visitou a escola de Dagmar, em Quenta-Sol, foi quem encaminhou os documentos dela à Secretaria, para efeito de aposentadoria.

O depoimento de uma entrevistada, Maria Helena, revela uma iniciativa do inspetor não prevista na legislação - encaminhar boas alunas no prosseguimento dos estudos. Maria Helena fez o curso primário em sua cidade, Coluna, até o 2º ano:

*"Depois passou uma regional (inspetora) visitando a escola; então ela falou com meus pais que me tirasse de lá porque ela me considerava uma menina inteligente - modéstia a parte - e que eu estava perdendo tempo. Então meu pai teve a idéia de me mandar para a Casa da Telha ficar com a irmã dele que era professora".*

Em Casa da Telha (distrito do Serro), Maria Helena concluiu o curso primário e, em seguida, foi para o Serro, fazer o Curso Normal.

De acordo com o Decreto nº 7970-A de 15 de outubro de 1927, os inspetores municipais e distritais<sup>4</sup> eram agentes de confiança do governo, nomeados pelo Presidente do Estado e, nas comarcas, o cargo era ocupado automaticamente pelo promotor de Justiça. Nos depoimentos analisados, duas entrevistadas referiam-se à profissão do inspetor: um escrivão e um fazendeiro. O escrivão era inspetor da Escola Rural de Sem-Peixe e o fazendeiro, da Escola Rural de Quenta-Sol. Por meio de estudos históricos da época em questão e pelas referências das professoras entrevistadas, conclui-se que o cargo de inspetor era cobiçado, devido ao prestígio que proporcionava ao ocupante, nas primeiras décadas do século e mesmo nas décadas seguintes.

O depoimento de Diva, professora da escola rural da fazenda localizada nos arredores de Abre Campo e que foi inspetora mais tarde, evidencia a importância do cargo. Ela fez provas em Belo Horizonte e foi nomeada para instalar a inspetoria de Raul Soares, em 1956. Foi

4 A inspeção de ensino na Reforma Francisco Campos abrangia o aspecto técnico e administrativo. Os inspetores municipais e distritais ficavam incumbidos de executar rotinas administrativas nas escolas tais como: dar posse a professores, nomear professores substitutos por até 30 dias e inventariar os equipamentos existentes nas escolas.

Os assistentes técnicos eram responsáveis pelos aspectos pedagógicos das escolas, estando incluídas entre as suas funções: dar instruções aos professores para o melhor desenvolvimento dos programas, inspecionar as classes e em seguida proceder à crítica da aula assistida, sugerindo modificações nos métodos, processos e orientação do ensino e, por meio de aulas-modelo, demonstrar os métodos e processos aconselháveis na execução dos programas.

inspetora de cinco cidades e instalou diversas escolas rurais, contando com a ajuda de fazendeiros. Em seu depoimento, além de mencionar a importância do cargo, Diva refere-se ao peso da interferência política em sua obtenção e manutenção:

*"Depois chegou a cunhada do prefeito de Raul Soares, com curso e quis a inspetoria... perdi o lugar e fui para Inhapim. Eram cargos muito visados. Achavam que a inspetora tinha autoridade, consideravam a inspetora com um nível social alto". (Diva - Escola rural da fazenda nos arredores de Abre Campo - 1933).*

## 2 - A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS RURAIS

### 2.1 - A Organização da Sala de Aula

A classe multisseriada, unidocente ou multigraduada, característica marcante das escolas rurais é formada por alunos que cursam diferentes séries, agrupados na mesma sala de aula e recebendo orientação de um único professor.

A reunião dos alunos em classes multisseriadas dificultava o trabalho da professora na distribuição das tarefas e no próprio cuidado dispensado a cada série, requerendo, tanto das leigas como das normalistas, uma organização especial. Na Escola Rural de Estação das Rosas, que funcionava em uma igreja, Zélia separava os alunos de acordo com o nível de adiantamento:

*"A gente não recebia quase orientação nenhuma, tinha que se virar... No princípio eu fiquei perdida, devagar fui organizando. Eram mais de quarenta crianças. Eu fazia assim: aqueles que tinham mais possibilidade eu colocava num banco, os mais lentos em outro banco. Eu mandava o 2º e o 3º ano fazer leitura naquele livro do Tomás Galhardo. As alunas mais adiantadas eu pedia para me ajudar e, às vezes, até para pegar nas mãozinhas dos alunos do 1º ano" (Zélia - Escola Rural de Estação das Rosas - 1938)*

Para facilitar o trabalho, era procedimento comum às professoras entrevistadas separar os alunos de acordo com a série e ocupar os "mais adiantados" com exercícios, cópias e questionários, de tal forma que pudessem dispor de tempo para atender os mais necessitados.

*"Na frente da sala eu colocava os alunos do 1º ano. O 2º ano mais atrás e o 3º ano no fim da sala. A primeira coisa que eu fazia era dar trabalho para os alunos desenvolvidos, adiantados. Dava um trabalhinho de matemática, por exemplo, um questionário de geografia e*

*história, enquanto cuidava dos outros.*" (Laura - Escola Rural de Juramento - 1936)

Diva, professora da escola rural da fazenda nos arredores de Abre Campo, como já mencionado anteriormente, optava por outra alternativa para atender melhor os alunos. Ela trabalhava em dois turnos, no turno da manhã dava aula para os que tinham possibilidade de serem alfabetizados mais depressa e à tarde "para os mais lentos".

A distribuição do tempo no trabalho com classes multisseriadas era objeto de preocupação das autoridades educacionais. A Revista do Ensino trazia recomendações da Inspeção Geral de Instrução<sup>5</sup> para as professoras, chamando sua atenção para alguns aspectos que deveriam ser observados no trabalho com essas classes:

*"Os professores das escolas singulares devem distribuir o tempo de modo que os alunos dos diferentes anos fiquem utilmente ocupados. Não convém atulhar algumas divisões de exercícios, cópias e outras indústrias e encher tempo, para cuidar exclusivamente dos outros. Para uma boa distribuição do tempo pode servir-se de aulas coletivas na disciplina que a isso se prestarem: pontos de história, de instrução moral, de higiene, de geografia, de noções de coisas, etc... podem ser ministradas a toda a escola simultaneamente. Nenhum aluno deve ficar desocupado nem fora da influência moral do professor. Nesse sentido, devem-se alterar inteligentemente os exercícios escritos com as lições."* (Mário Casasanta - Inspetor Geral. Revista do Ensino - 10 de fevereiro de 1929, p. 2)

O número de alunos que compunha a classe multisseriada variava nas diferentes escolas rurais; o que se observa nos depoimentos é que os professores rurais se referem geralmente a 35/40 alunos como total, na maioria das escolas rurais. Antônia, professora da escola rural de um arrabalde de Esmeraldas chegou a ter 63 alunos, mas a frequência não era constante.

A idade desses alunos ia dos sete até os quinze/dezesseis anos em algumas escolas, como na Escola Rural de Juramento e na de Quenta-Sol, que estiveram com o funcionamento suspenso, por falta de professoras.

A grande quantidade de alunos e os níveis de idade diferenciados exigiam da professora um cuidado redobrado com a disciplina. Eunice, na Escola Rural de Água Preta, corrigia os alunos, segundo suas palavras, "com bondade, carinho e com conversas". Na de Quenta-

<sup>5</sup> Órgão auxiliar do governo na fixação da política educacional do Estado e na implementação, controle e avaliação de sua educação.

Sol os métodos eram mais rígidos. Maria Helena e Dagmar, professoras dessa escola, usavam a vara, autorizadas pelos pais. Diva, professora nos arredores de Abre Campo, valia-se do elogio:

*"Eu nunca tive problema de disciplina na classe porque o meu lema era valorizar os bons e esquecer os maus. Então o menino tinha letra boa eu elogiava, era pontual na sala de aula eu elogiava... eu ignorava se um cutucava o outro, fazia que não via. Ai perdia a graça. Eu achava que meu tempo era precioso. Não podia perder tempo dando castigo para esse ou aquele."* (Diva - Escola Rural nos arredores de Abre Campo - 1933)

A legislação mineira de ensino, que vigorou na Primeira República, trazia em seus dispositivos determinações referentes à disciplina escolar. Pela Reforma Afonso Pena (1892) foram abolidos todos os castigos físicos e humilhantes, utilizados no período imperial, como as placas com dizeres depreciativos que eram fixadas no peito dos alunos indisciplinados. O artigo 84 da Lei nº 41 de 3 de agosto de 1892 determinava que "os alunos deviam ser corrigidos pelos meios brandos e pela persuasão amistosa."

De acordo com o Regulamento do Ensino do governo de Júlio Bueno Brandão (1911), a base da disciplina na escola era "a afeição mútua entre alunos e professores, o exato cumprimento dos deveres por parte destes, o interesse que devem despertar as suas lições, sua dignidade pessoal, correção de maneiras e o exemplo de sua conduta". (Art. 261)

Mas controlar a disciplina não era tão simples para as professoras entrevistadas. A questão ultrapassava a sala de aula; muitos alunos caminhavam grandes distâncias para chegar à escola, as brigas nesse percurso eram constantes e, muitas vezes, resultavam em trabalho extra para Dagmar, professora leiga da Escola Rural de Quenta-Sol.

*"Tive um aluno muito bom, estudioso, tudo aprendia. Um dia uma menina e o irmão dela brigaram no caminho da escola com esse menino. O pai da menina ameaçou bater no menino na estrada, ele faltou uns 10 dias. Como estava em véspera de exame de aula para ele em minha casa, na parte da manhã, chegava às 8 e às 10 ia embora. Ele passou com notas muito boas. Dei aula para outro em casa, também por motivo de briga "*. (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)

Não eram apenas os problemas disciplinares que levavam as professoras das escolas rurais a darem assistência aos alunos fora do horário escolar. Em sete depoimentos aparecem referências a "ficar com os alunos



depois das aulas", "recordar a matéria" e "tirar dúvidas". A aprendizagem, muitas vezes, ficava comprometida devido ao trabalho na lavoura, em época de plantio e colheita, período em que a frequência caía nas escolas rurais.

## 2.2 A Escassez de Recursos Didáticos e o Planejamento das Lições no Contexto das Escolas Rurais Analisadas

O material didático utilizado nas escolas rurais analisadas era fornecido pelas prefeituras, pelo Estado ou pelos fazendeiros. Era escasso e muitas vezes demorava a chegar, dificultando ainda mais o trabalho da professora, já que, com frequência os alunos dependiam dos lápis e cadernos fornecidos:

"Era assim, eu comprava um caderno e punha sobre a mesa. Tinha menino que ficava semanas sem caderno. Quando um não tinha onde escrever eu arrancava uma folha e dava, para não ficar parado. Eu levava lápis de casa". (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)

O material usado na escola rural de um arrabalde de Esmeraldas era o quadro e livros fornecidos pela Secretaria. Os livros de leitura eram distribuídos e recolhidos todos os dias. Eles vieram junto com o programa de ensino que Antônia, professora dessa escola, mandou pedir em Belo Horizonte. Na Escola Rural de Água Preta, mantida pelo Estado, Eunice contava apenas com o quadro negro e giz. Ela usava caixas de papelão e o jornal "Minas Gerais" para fazer cartazes. Rosa, professora da escola rural da fazenda de Mato Dentro, contava com a ajuda do fazendeiro para conseguir livros, cadernos e lápis. Elvira e Zélia, respectivamente professoras da Escola Singular de São Sebastião do Soberbo e da Escola Rural de Estação das Rosas, recebiam da prefeitura apenas o essencial: cadernos, giz e quadro negro.

O fornecimento de material escolar, ainda que escasso, era fundamental para as professoras. Os alunos, com frequência, não tinham condições de adquirir o essencial para uso próprio. Nessas circunstâncias, as professoras, não raro, utilizavam parte dos seus salários para garantir condições mínimas de trabalho, ou recorriam aos fazendeiros.

Instrumento pedagógico importante era o plano de aula, elaborado pela professora. Nas escolas rurais, uma das atribuições das professoras era a elaboração desse plano de aula. O caderno de planos era vistoriado pelos inspetores nas visitas de inspeção. Por meio dessa vistoria, supunha-se que o inspetor poderia ter elementos para avaliar a competência das professoras. O

planejamento das lições era valorizado pelas autoridades educacionais, principalmente após a Reforma Francisco Campos, com a introdução de uma nova orientação pedagógica no sistema educacional mineiro, enfatizando a importância da atividade do aluno, da observação, do respeito às operações intelectuais presentes no processo de aprendizagem.

Em 1934, o planejamento das lições merecia espaço na Revista do Ensino, que divulgou instruções do Corpo Técnico de Assistência ao Ensino<sup>6</sup> para a organização do caderno de preparação de lições. De acordo com as instruções:

*O caderno não precisa ser amplamente desenvolvido. Conterá os tópicos principais, essenciais à orientação do trabalho e à consecução dos objetivos desejados. Pelo conteúdo de cada tópico poderão ser observados:*

- A) A compreensão do professor sobre as finalidades da escola.
- B) O conhecimento do programa e da nova orientação pedagógica.
- C) O interesse pelos resultados de seu trabalho.

*... Deverá ter um plano geral (assunto, motivação, objetivos) e um plano diário (matérias, desenvolvimento, resultados).*

*... No plano diário, em seguida a cada matéria, escreverá o professor o desenvolvimento da lição na qual deverão constar:*

- a) O processo a ser empregado.
- b) A enumeração do material necessário à elucidação do assunto.
- c) As atividades que a lição comporte.

As professoras das escolas rurais elaboravam o plano de aula; ele era essencial para o trabalho com a classe multisseriada. Da coleção de Carlos Góis, Dagmar "tirava os pontos" para preparar as aulas. A coleção era completa: livros de geografia, aritmética, história, noções de coisas, ciências e higiene. O programa de ensino, fornecido pela Secretaria, ela recebeu muitos anos após ter iniciado o trabalho na escola rural de Quenta-Sol. A análise da coleção de Carlos Góis, contribuiria, parece, para se compreender a prática pedagógica no período em que as entrevistadas trabalharam, já que para muitas professoras da época essa coleção constituía uma fonte de consulta para a elaboração dos planos de aula.

<sup>6</sup> Órgão técnico introduzido pelo Decreto no 11501, de 1934, incumbido de orientar, coordenar e fiscalizar os serviços técnicos de educação, bem como de atuar junto às escolas por meio da Inspeção Técnica e Administrativa.

Para Antônia e Stela, professoras leigas das escolas rurais de um arrabalde de Esmeraldas e de Sem-Peixe, o programa de ensino era a base para a elaboração dos planos de aula:

*"Do programa a gente tirava a matéria de acordo com os meses; a gente ia distribuindo a matéria de modo que desse para o ano todo, sem correr muito com os alunos". (Antônia - Escola Rural de um arrabalde de Esmeraldas - 1926)*

Diva, Maria Helena e Rosa elaboravam os planos de aula de acordo com o que aprenderam no colégio. Para elas, a maior dificuldade era a distância da escola de um centro mais desenvolvido e o conseqüente isolamento, aliado à falta de recursos:

*"Eu fazia o plano do meu jeito. Eu tinha mil idéias na cabeça e queria projetar aquilo no papel, queria fazer para a minha classe. Eu tinha pouco recurso, pouco livro, pouca fonte de consulta. Então, eu me realizava dentro do que eu aprendi. Sabe, eu ficava recordando e criando..." (Diva - Escola Rural nos arredores de Abre Campo - 1933)*

Dúvidas e problemas surgiam na prática pedagógica diária, para leigas e normalistas, independente dos diferentes graus de formação e preparo para as atividades docentes. Recorrer às antigas professoras e trocar idéias com outras professoras de escolas rurais eram práticas comuns das professoras:

*"Teve uma ocasião que eu fiquei na casa de uma professora que dava aula no Dias. Era perto de onde eu dava aula, nós combinávamos muito, nós conversávamos, ela me dava opiniões e melhorou para nós duas. Era no tempo das chuvas fortes, era muito difícil vir todo dia para a cidade. Eu atolava no barro". (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

Antônia, professora leiga, quando tinha dificuldade para elaborar os planos de aula recorria à sua antiga professora do primário, que morava em Esmeraldas:

*"Eu tinha muita facilidade para fazer (os planos). Ela explicava uns 15 minutos e eu pegava a linha logo. Gostava de ler e fazia meus planos todos... correção de provas e mapas para a Secretaria..." (Antônia - escola rural de um arrabalde de Esmeraldas - 1926)*

### 2.3 Os Conteúdos Curriculares Privilegiados na Prática Pedagógica

O exame da legislação de ensino de vários períodos da Primeira República permite constatar que o currículo das escolas rurais era diferenciado dos currículos das

escolas singulares distritais e urbanas e dos currículos dos grupos escolares. De acordo com o Regulamento do Ensino Primário do governo de Artur Bernardes (1918-1922), por exemplo, o curso das escolas rurais era constituído de:

- Leitura e escrita
- Língua Pátria
- Aritmética (as quatro operações fundamentais e as decimais)
- Generalidades acerca do mundo e corografia do Brasil<sup>7</sup>.
- História sumária de Minas Gerais
- Noções de Educação Moral e Cívica
- Noções de higiene individual e urbanidade.

O curso das escolas singulares tanto distritais como urbanas era acrescido de Rudimentos de Ciências Naturais, Canto e Exercícios físicos. Nos grupos escolares e escolas reunidas o curso era constituído de todas as disciplinas estabelecidas para as escolas rurais e singulares acrescido de Geografia Geral, História do Brasil, Noções de Geometria e Desenho e Trabalhos manuais.

Os dados dos depoimentos são limitados no que se refere aos conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas. As professoras, em geral, referem-se aos conteúdos de matemática, à leitura e à escrita. Para Antônia era essencial que os alunos soubessem "ler, escrever, fazer as quatro operações, escrever ditados e descrições". Dagmar era exigente em relação à matemática. No 2º ano os alunos aprenderam a multiplicação e a divisão. A tabuada eles tinham de "saber de cor". Dos alunos do 2º e 3º ano ela tomava a leitura, olhando a pontuação. Fazia a análise das palavras, destacando substantivos, adjetivos e verbos. Ensinava a escrever cartas e bilhetes, motivando os alunos:

*"Eu falava: - "Vocês moram na roça, quando forem para um lugar longe e quiserem escrever nem sempre vão ter quem ajude vocês, então, tem que aprender". Todos do 3º ano sabiam escrever cartas e eles me agradeciam, depois de muito tempo e lá de longe escreviam para os pais." (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

Zélia, professora da Escola Rural de Estação das Rosas dava aula de religião e comemorava as datas cívicas:

*"Via que fazia muita falta torná-los conscientes como filhos de Deus. Cuidava da parte cívica; aritmética, ciências, plantava o feijão com eles; canto; desenho. As*

<sup>7</sup> Disciplina que abordava os aspectos físicos do País (relevo, hidrografia, vegetação, etc.)

vezes fazia excursão. Fazia festinhas de aniversário e nas datas cívicas falava sobre a data. Levava a bandeira."  
(Zélia - Escola Rural de Estação das Rosas - 1938)

## 2.4 - A Alfabetização: Os Métodos e a Criatividade das Professoras das Escolas Rurais

Um dos aspectos da prática docente, mencionado em quase todos os depoimentos é o método utilizado para alfabetizar. Apenas Ana, professora da Escola Singular de Berilo e Maria Auxiliadora, da Escola Rural de São Sebastião do Rio Preto, não se referem ao método que adotavam.

Duas professoras leigas, Dagmar e Antônia e as normalistas Rosa, Laura e Zélia partiam do conhecimento das letras para iniciar o processo de alfabetização. Dagmar, uma das professoras leigas, explica em seu depoimento como trabalhava com os alunos do 1º ano:

"O 1º ano era difícil. Não sabiam nem pegar no lápis. Eu ensinava o ABC. Antigamente tinha que saber de cor e salteado. Tampava e deixava uma letra só destampada, usava um folha de papel com um burquinho, senão eles começavam a falar o alfabeto desde o início e descobriam a letra.

*Eu dava depois palavras, passava a palavra no quadro. Eu colocava a palavra dentro de um desenho. Paulo tem uma bola. A palavra bola dentro de um quadrinho e lia: Paulo tem uma, e eles liam: bola. Depois passava a palavra para copiar".* (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)

Rosa, Laura, Zélia e Antônia utilizavam cartilhas. Antônia recebia da Secretaria "A Cartilha do Povo". Ela ensinava o ABC, sílabas, palavrinhas e depois frases. "A Cartilha de Tomás Galhardo" era o livro básico para Rosa e Zélia. Laura utilizava a "Cartilha de Arnaldo Barreto".

"Para alfabetizar tinha que cuidar de cada um. Naquela época eu já tinha uma noção do processo global mas lá não tinha condição de classificar e separar os alunos, porque a sala era uma só, então para alfabetizar tinha que usar as cartilhas pelas quais eu aprendi. Só me lembro da Cartilha de Arnaldo Barreto, mas tinha outras do mesmo estilo". (Laura - Escola Rural de Juramento - 1936)

O método global era utilizado por uma professora leiga, Stela e pelas normalistas Eunice, Maria Helena, Diva e Elvira. O início das carreiras de Stela, Diva e Elvira se deu após a Reforma Francisco Campos, que

introduziu aquele método. Maria Helena e Eunice, que iniciaram carreira em 1924 e 1926, certamente adotavam outro método, optando pelo global, após a referida reforma.

Stela, antes de trabalhar na Escola Rural de Sem Peixe, ajudava o pai, na escola particular que ele possuía em Saúde. Na escola particular era usada a "Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto". Mais tarde, em Sem-Peixe, Stela já alfabetizava pelo método global, "inventava histórias com palavras, os alunos gravavam as sentenças e as palavras"

As professoras que trabalhavam com o método global elaboravam o próprio material, criavam histórias, faziam cartazes e fichas:

"Não tinha pré-livro, o material eu mesmo fabricava. Eu fazia cartazes e fichinhas. Escolhia um tema qualquer, uma historinha que eu inventava e dentro daquilo eu tirava as palavras e ia fazendo no quadro. Aquelas palavras eu fazia em fichinhas, cortava as fichinhas em sílabas e ia alfabetizando. É hoje o nosso método global". (Diva - Escola rural nos arredores de Abre Campo - 1933)

"Eu sempre tive muita tendência para desenhar. No colégio me deram chance de aprender muitas coisas, como desenhar. Tinha o pré-livro. Antes de adotar o livro eu ficava uns dois meses apresentando cartazes com dizeres das lições que iam aprender no livro, é um pré-livro, vem antes do livro, não é? Tinha todos os cartazes, eu elaborava com desenhos, tudo de acordo com o que se passava. Ia do todo para as partes. Decoravam as sentenças". (Elvira - Escola Singular de São Sebastião do Soberbo - 1936)

O método global, adotado por cinco professoras entrevistadas, foi a grande novidade dos ensinamentos de Lúcia Casasanta, no Curso de Aperfeiçoamento<sup>8</sup>. Em suas aulas de metodologia, as alunas-mestras estudavam a Psicologia da Leitura, os métodos e processos de ensino. Não existia um material publicado para aplicação, de acordo com a teoria estudada. Dessa forma, cada aluna elaborou seu material e o melhor, entre eles, foi escolhido para ser aplicado. Era o "Livro da Lili", de Anita Fonseca, que foi, depois, publicado. O método global foi, aos poucos, difundido, passando a ser aplicado por alfabetizadoras na capital e no interior.

<sup>8</sup> Criado no final dos anos vinte, no âmbito da reforma do Ensino Primário e Normal, realizada por Francisco Campos, o curso destinava-se a preparar do ponto de vista técnico, professoras do Curso Normal, diretoras de grupos escolares e assistentes de ensino.

## 2.5 - Aspectos da Avaliação: Alunos e Professoras

Os exames finais eram, em geral, elaborados pelas professoras das escolas rurais. Estava incluído entre os deveres das professoras das escolas singulares "remeter à Inspetoria Geral da Instrução Pública, a cópia dos exames finais". (Decreto-Lei Nº 7970-A de 15 de outubro de 1927)

Em algumas escolas rurais, a professora, no final do ano, recebia um examinador que aplicava provas escritas ou argüía os alunos. Apenas duas professoras, entre as doze entrevistadas, mencionam esse fato, Dagmar e Stela, ambas professoras leigas.

Na Escola Rural de Sem-Peixe, os exames finais dos alunos de Stela eram fiscalizados pelo escrivão, que era o inspetor local. Na Escola Rural de Quenta-Sol, mantida pelo município, os exames iniciavam-se no final de novembro:

*"A prefeitura mandava o examinador que olhava o 3º ano. 1º e o 2º ano eles olhavam as provas. As vezes eu ia para outra escola examinar os alunos e a professora de lá vinha para a minha... O Sr. Marinho Cota foi muitas vezes lá para mim. O examinador fazia perguntas aos alunos. Eu dava uma folha com a matéria escrita e ele fazia as perguntas. As vezes perguntava coisas que os alunos não sabiam". (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

A fiscalização dos exames finais realizava-se de maneiras diferentes nas escolas rurais; o que se pode observar pelo depoimento de Dagmar é que o examinador nem sempre era o inspetor. Ela se refere a um fazendeiro da região, que era o inspetor, e a uma professora de outra escola rural. O fato de apenas duas professoras terem se manifestado a esse respeito dificulta a análise referente à questão da fiscalização dos exames finais nas escolas rurais. O que se pode constatar, pelo exame da legislação mineira de ensino, é que a Inspetoria Geral de Instrução se mantinha informada sobre a situação do ensino rural por meio dos relatórios de visita dos inspetores e pelas próprias professoras das escolas rurais, que tinham, entre os seus deveres, a incumbência de enviar àquele órgão boletins e mapas, dos quais constavam o número de alunos matriculados e freqüentes, os infreqüentes durante o semestre e a cópia da ata dos exames finais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas professoras das escolas rurais na prática docente, o trabalho no final do ano mostrava, segundo elas, bons

resultados<sup>9</sup>. As dificuldades maiores se restringiam à primeira série, que apresentava um índice de aproveitamento menor, e conseqüentemente um número maior de alunos reprovados:

*"Já iniciei com três séries, os do 1º ano ficavam perdidos e havia repetição pois não tinha muito tempo para eles". (Elvira - Escola Singular de São Sebastião do Soberbo - 1936)*

*"A repetência no primeiro ano era grande. Tinha alguns alunos que não conseguiam e só no outro ano é que iam deservolver, mas tinha alguns novatinhos que passavam". (Dagmar - Escola Rural de Quenta-Sol - 1929)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise dos depoimentos de professoras primárias mineiras, que iniciaram sua carreira em escolas rurais, no período compreendido entre 1918 e 1939, e do exame da legislação de ensino em vigor no mesmo período, evidenciou-se a existência de preocupação do Estado em regular e fiscalizar o ensino primário rural, o que se verifica pelas normas que disciplinam seu funcionamento e pela presença dos inspetores nas escolas. No entanto, tal preocupação não estava, de maneira geral, acompanhada da garantia de condições para o funcionamento adequado das escolas.

Os dados obtidos revelam que a situação do ensino rural era de carência – carência essa que se manifesta na inexistência e/ou precariedade do espaço físico destinado às escolas, na ausência de preocupação com o preparo do professor e na autonomia do professor em relação à organização do trabalho docente, o que pode ser observado até mesmo pelo funcionamento diferenciado das classes multisseriadas, segundo o critério da professora. Em algumas, os alunos eram separados de acordo com o grau de adiantamento. Noutras, as professoras adotavam o método de ensino simultâneo, utilizando os alunos mais adiantados para auxiliar os outros. Em função dessa autonomia, o Estado acabava por transferir aos professores das escolas rurais toda a responsabilidade em relação à educação.

Esse professor, em alguns casos, não tinha acesso nem mesmo ao programa de ensino. Dessa forma, o trabalho era feito de maneira bastante intuitiva. O ensino da leitura era realizado por algumas professoras com a

<sup>9</sup> A avaliação positiva do próprio trabalho por parte das entrevistadas parece natural ainda que confrontada com os altos índices de repetência e evasão, revelados por dados estatísticos do período em que as professoras atuaram, considerando a tendência do indivíduo de acentuar ou suavizar aspectos dos acontecimentos, quando os relata no momento atual.

utilização da cartilha. O método global, um dos pontos altos da Reforma Francisco Campos, fez seus ensaios nas escolas rurais principalmente por intermédio das normalistas. Sua introdução se deu nos mesmos moldes em que se verificou em outras escolas; ou seja, na ausência de um material impresso, as próprias professoras se encarregavam de elaborar cartazes e fichas.

Em síntese, pode-se afirmar que, em linhas gerais, o ensino primário rural no período considerado sofreu forte influência dos políticos locais, que viam na escola um instrumento de barganha. Essa influência se fez sentir na instalação de escolas e na indicação de professoras.

A presença do Estado restringiu-se ao controle e fiscalização; nos demais aspectos sua ausência foi gritante, ficando o professor responsável por compromissos que extrapolam seu papel de educar - desde a conservação e administração da escola, até a garantia de condições mínimas ao aluno para a freqüência.

Já naquele momento, a escola rural enfrentava problemas relativos à dificuldade de difundir uma cultura letrada, num meio em que ela não tem importância fundamental, à adequação do calendário escolar; às necessidades da clientela, constituída, em sua maioria, por alunos trabalhadores; e à presença de grande número de professoras leigas, situação que ainda hoje se mantém no ensino rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSALONI, Maria de Fátima. A escola primária mineira de 1898 a 1937: legislação Estadual. Belo Horizonte: CEALE. Faculdade de Educação. UFMG (no prelo).
- AZEVEDO, Ederlina P. e GOMES, Nilcéia M. A. Instituição escolar na área rural de Minas Gerais: elementos para se pensar uma proposta de escola. Cadernos Cedes, São Paulo, n.11, p. 31-41, 1984.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Casa de escola. Campinas: Pirineus, 1983.
- CASASANTA, Mário. Instruções da Inspetoria Geral. Revista do Ensino. Belo Horizonte, n.30, p. 2, 1929.
- DEMARTINI, Zélia de Brito. Cidadãos Analphabetos: propostas e realidades do Ensino rural em São Paulo na 1ª República. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 71, p. 5-18, novembro 1989.
- MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? Em Aberto, Brasília, n.9, p. 27-33, set. 1982.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: E.P.V., 1974.
- PAIXÃO, Léa Pinheiro. Trajetórias escolares e profissionais de professoras primárias mineiras que iniciaram carreira antes de 1940. Belo Horizonte: UFMG, 1983. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1983.
- PAULO, Floriano de. Notas, avisos e instruções oficiais: corpo técnico de assistência ao ensino. Revista do Ensino. Belo Horizonte, n. 103, p. 87-88, 1934.
- PEIXOTO, Anamaria Casasanta. A Reforma Educacional Francisco Campos. Minas Gerais: Governo Presidente Antônio Carlos. Belo Horizonte: UFMG, 1981. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- PRATES, Maria Helena Oliveira. A introdução oficial do movimento de escola nova no ensino público de Minas Gerais: a escola de aperfeiçoamento. Belo Horizonte: UFMG, 1981. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.
- SANTIAGO, Ernesto. Nossa experiência: freqüência escolar. Revista do Ensino. Belo Horizonte, Nº 96, p.21-22, 1933.